

A luta dos trabalhadores mineiros na América do Sul: em busca de padrões solidários e sustentáveis para o século XXI

Marco Aurélio Maia Barbosa de Oliveira Filho
(Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR)
Renan Dias Oliveira
(Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP)

GT 4: Economia Solidária e Cooperativismo

Resumo

A atividade mineira é muito antiga no continente sul-americano e constitui importante fonte de renda para trabalhadores, principalmente na Bolívia, Peru e Chile. A extração de minérios é uma prática que causa danos ao ambiente natural. A maioria das companhias mineiras do continente é estrangeira. A bolsa de valores de Toronto (Canadá), por exemplo, incorpora 60% de todas as empresas mineiras do mundo. Em diversas localidades comunidades indígenas afetadas pela indústria mineira se unem a outras organizações para se opor a atividade predatória mineira. O século XXI exige novos padrões de produção e consumo mais sustentáveis e solidários. Novas cooperativas de trabalhadores apontam que as comunidades envolvidas com a mineração sempre respeitaram o ambiente natural. O resgate das tradições culturais e religiosas das comunidades diretamente ligadas à mineração se casa com estas novas formas de produção, e assim buscam apontar para novas maneiras de desenvolvimento da atividade mineira.

Introdução

A atividade mineira é muito antiga no continente sul-americano e constitui importante fonte de renda para trabalhadores da região, principalmente na Bolívia, Peru e Chile. É sabido que a extração de minérios é uma prática que causa danos ao ambiente natural, devido à sua necessária maneira de perfurar a terra em busca de metais. Outro fator central da atividade mineradora é no que toca às condições de trabalho dos mineiros. O ambiente de trabalho, na maioria dos casos, é de alto risco e apresenta condições insalubres para os trabalhadores. Acidentes são constantes no dia-dia de trabalho e muitos metais são danosos à saúde humana após longo contato.

Este estudo buscou se centrar nesses dois eixos (impactos ambientais e condições de trabalho) da atividade mineradora, desenvolver um estudo de caso em minas e cooperativas de trabalho bolivianas e apontar como a organização dos trabalhadores mineiros tem re-configurado padrões clássicos de produção a fim de tornar a atividade menos impactante ao ambiente natural e mais adequada à saúde e ao trabalho humano.

A grande maioria das companhias mineiras do continente é estrangeira. A bolsa de valores de Toronto (Canadá) incorpora 60% de todas as empresas mineiras do mundo. Toronto não impõe condições às operações das companhias de minério fora do Canadá e, mais ainda, o governo canadense apoia política e economicamente tais empresas, apesar da contaminação ambiental e das violações dos direitos humanos que provocam. Nos últimos anos, as operações de minério financiadas por investidores canadenses se multiplicaram e constituem grande fonte de riqueza para a economia canadense (RENSHAW, 2010).

A indústria mineira se transformou muito. Hoje a tecnologia se baseia na recuperação de quantidades proporcionalmente mínimas de metal à base de processar quantidades enormes de mineral, em uma área muito extensa. As minas de hoje são crateras enormes, de centenas de metros de profundidade, que devoram montanhas inteiras. O problema imediato da atividade mineira é a separação do metal. O cianureto é um elemento fundamental nesta nova tecnologia de minas a céu aberto. Usa-se para que o lixo bóie, deixando o metal à parte e, dessa forma, é um processo eficaz. Entretanto, o cianureto é extremamente tóxico. Se entrar no sistema de água, vastos terrenos agrícolas podem ficar contaminados. Muitas minas na Bolívia se estabelecem em zonas com pouca água. Em alguns casos, rios podem ser contaminados e prejudicar o abastecimento de águas inclusive para grandes cidades. Os governos do Peru e do Chile tem se omitido frente a proibições constitucionais contra a atividade mineira. A mina de Pascua Lama, por exemplo, que se encontra entre Chile e Argentina, destrói geleiras, fonte importante de água para o país (RENSHAW, 2010).

O século XXI exige novos padrões de produção e consumo, formas mais sustentáveis e solidárias, que respeitem a capacidade regenerativa da Terra e todas as formas de vida. Em todo mundo, comunidades indígenas afetadas pela indústria mineira se unem a outras organizações da sociedade civil para se opor a atividade predatória mineira e levantar bandeiras de responsabilidade social e ambiental. Uma grande conquista foi em setembro de 2008 quando organizações de toda a América Latina se reuniram em Bogotá, Colômbia. A declaração final desse encontro convida a uma ação em nível continental contra a atividade predatória mineira. Na Bolívia, nos últimos anos, o governo tem sido mais exigente com as companhias mineradoras. As fiscalizações e as multas aumentaram e os acidentes, antes muito frequentes, diminuíram.

Concomitante a uma atitude governamental condizente com o documento de Bogotá, as instituições da sociedade civil e os movimentos populares ligados à mineração têm buscado articulações mais amplas para resistir ao modelo predatório mineiro. Desde as ONGs de apoio técnico aos sindicatos, que tem uma longa jornada em defesa dos direitos humanos, passando por outros setores tem apoiado um padrão sustentável e solidário na mineração. Novas cooperativas de trabalhadores apontam que as comunidades envolvidas com a mineração sempre respeitaram o ambiente natural. As cosmovisões e práticas indígenas (principalmente quéchua) encaram as minas como presente de Pacha Mama (Mãe Terra) e por isso devem ser respeitadas e nunca saturadas, o que certamente se choca com a voracidade das grandes mineradoras.

Os referenciais teóricos da economia solidária podem nos servir de referência no intuito de compreender como tem se forjado novas formas de produção mais sustentáveis na América do Sul, particularmente na Bolívia. O resgate das tradições culturais e religiosas das comunidades diretamente a mineração casam-se com estas novas formas de produção, e assim buscam apontar para novas formas mais sustentáveis e solidárias de desenvolvimento da atividade mineira.

Economia Solidária e Cooperativismo

A Economia Solidária é um movimento social que se estabelece, enquanto tal, em meados dos anos 1970, decorrente, fundamentalmente, da crise que se instaura no modo de produção capitalista (calcado no modelo keynesiano-fordista), da crítica ao padrão de desenvolvimento (baseado no crescimento econômico) e do fracasso das experiências socialistas de modelo soviético.

Este movimento se constitui numa recuperação do debate do movimento operário do século XIX, quando da emergência do capitalismo industrial e do surgimento das primeiras cooperativas como forma de reação da classe operária por melhores condições de trabalho e qualidade de vida, contando, de igual modo, com a influência dos movimentos contraculturais do final da década de 1960, nos quais inúmeros movimentos sociais e étnicos trouxeram uma nova visão da dimensão social, da sua relação com o econômico e da relação do homem com o meio ambiente. As cooperativas, cuja estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário, de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia socialista, eram tentativas por parte dos trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas resultantes da Primeira Revolução Industrial (SINGER, 2002; 2003).

Deste modo, subvertendo os princípios básicos do capitalismo de propriedade privada dos meios de produção e da divisão do trabalho (em intelectual e manual fundamentalmente), e abolindo a figura do patrão (estabelecendo a democracia nas decisões no âmbito do empreendimento), as cooperativas podem se configurar em formas socialistas de organização para o trabalho dentro do sistema capitalista. Outra característica fundamental das cooperativas é a sua relação com a comunidade, pois estas apresentam maior preocupação em desenvolvê-la de modo a criar melhor qualidade de vida às pessoas que dela fazem parte. A preocupação com a comunidade, assim como a ajuda mútua, responsabilidade social, igualdade, solidariedade, entre outros, está presente nos princípios norteadores da atividade cooperativa (NOVAES, 2011).

No entanto, o capital acabou por incorporar o trabalho cooperativista (desvirtuando seus princípios) com o intuito de diminuir custos de produção e tornar as empresas mais competitivas por meio de um artifício denominado terceirização, sobretudo a partir do processo de reestruturação do capitalismo a partir dos anos de 1970. Neste caso, portanto, a busca das empresas por escapar das obrigações sociais (adquiridas em tempos anteriores pelos trabalhadores nas relações de assalariamento), no intuito de obter mão-de-obra mais barata e tornarem-se mais competitivas, propiciou a utilização do trabalho autogestionário em cooperativas de trabalho e de produção industrial. Este, ainda que tenha se originado no seio do movimento operário em luta contra a exploração capitalista, passou a ser apropriado pelo capital como forma de empresa capitalista alternativa capaz de diminuir custos de produção, proporcionando a valorização do capital ao mesmo tempo em que torna a situação do trabalhador mais precária (SINGER, 2002; 2003).

Embora possam contar com vantagens ao trabalhador que desempenha este tipo de atividade, concentrando os poderes de decisão sobre a atividade produtiva nas mãos dos trabalhadores (e não sobre a vontade e ganância de agentes externos que impõem a dinâmica capitalista de lucro e de altas produtividades sobre os trabalhadores), tendo, do mesmo modo, uma maior preocupação com o entorno do local de trabalho (as minas) no que diz respeito a uma maior preocupação com o meio ambiente, desenvolvimento da comunidade e a preservação das culturas tradicionais (a atividade mineradora é muito antiga em algumas regiões da Bolívia), que são ameaçadas quando o controle da

produção cabe a agentes externos (geralmente multinacionais), as cooperativas de mineração também podem estar ligadas à lógica do modelo capitalista, o que pode implicar ainda em maiores danos ao trabalhador, uma vez que este perde a seguridade dos direitos trabalhistas (por exemplo, não há quem se responsabilize em relação à saúde deste trabalhador e em caso de acidentes), uma vez que a relação deste, como sócio de uma cooperativa, é de trabalhador autônomo, fator este que termina por desresponsabilizar àqueles que se apropriam dos excedentes do trabalho.

Deste modo, nos deparamos com dois tipos básicos de cooperativas, que são àquelas ligadas, funcionalmente, ao modo de produção capitalista, e àquelas ligadas ao movimento operário, que visam outro tipo de relações econômicas e que estão comumente ligadas ao movimento de Economia Solidária.

Condições do trabalho mineiro

Tornou-se notório, em todo o mundo, o acidente ocorrido na jazida San José, em Copiapó, localizada no deserto do Atacama chileno, no qual 33 mineiros (sendo 32 chilenos e um boliviano) permaneceram presos a 700 metros de profundidade por 69 dias, tendo sido resgatados em outubro de 2010. No entanto, a despeito de toda a mobilização midiática em torno do ocorrido, centrada na expectativa de resgate dos trabalhadores, que demonstrou um pouco do que se passa com o setor da mineração, tal como os riscos e impactos desta atividade aos trabalhadores e ao ambiente, e da promessa do presidente chileno Sebastian Piñera (que assumiu o cargo em março de 2010) tenha prometido modificar as leis trabalhistas para melhorar as garantias de trabalho nas jazidas, medidas efetivas ainda não foram tomadas no intuito de evitar a ocorrência de novos acidentes. Tal como atesta Néstor Jorquera, presidente da Confederação Minera chilena, "apesar do acidente da mina San José, que demonstrou o que estava se passando com a mineração, até agora não houve grandes avanços de soluções dos problemas que temos denunciado" (<http://noticias.bol.uol.com.br/internacional/2011/03/02/onze-mineiros-morrem-no-chile-apos-resgate-dos-33-de-atacama.jhtm>).

O Serviço Nacional de Geologia e Mineração (Sernageomin) informou que os acidentes mais comuns ocorrem pela queda de placas, desmoronamentos e explosões. Quatro dos 10 acidentes que ocorreram nos últimos quatro anos aconteceram somente em 2011, segundo a estatística do Sernageomin, todas no norte do Chile. Durante o ano de 2010, a região de Atacama foi a região com maior quantidade de acidentes fatais na mineração, foram 13 de 45. As 45 mortes de trabalhadores aconteceram em 41 acidentes, enquanto em 2009 houve 35 falecimentos e, em 2008, 43.

Um grande exemplo de precariedade existente no trabalho de mineração pode ser encontrado na situação dos "pirquineros", que são trabalhadores que realizam a extração do minério de forma artesanal, uma vez que não utilizam qualquer tipo de equipamento de segurança, arriscando suas vidas neste trabalho. Esses mineradores vendem o resultado do trabalho para cooperativas que revendem, por sua vez, à Empresa Nacional de Mineração no Chile. Ser "pirquiner" não é considerado ilegal no país, e a atividade destes trabalhadores representa 7,5% da produção mineira no Chile (<http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/798193-mineradores-artesanais-no-chile-arriscam-a-vida-por-dinheiro-assista.shtml>).

A mineração chilena conta com 82,9% de recursos estrangeiros autorizados, com um total de 23 iniciativas por um montante de US\$ 1,98 bilhão (<http://noticias.bol.uol.com.br/internacional/2011/03/02/onze-mineiros-morrem-no-chile-apos-resgate-dos-33-de-atacama.jhtm>).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), já ocorreram mais de 200 acidentes semelhantes na América Latina. O setor mineiro emprega cerca de 1% da força de trabalho do mundo, e produz 8% dos acidentes laborais graves (<http://noticias.bol.uol.com.br/internacional/2011/03/02/onze-mineiros-morrem-no-chile-apos-resgate-dos-33-de-atacama.jhtm>).

A atividade mineradora na Bolívia representa, segundo dados levantados em 2006, 4,5% do Produto Interno Bruto do País (PIB) e ocupa apenas 1,5% da população, sendo que nos anos de 1970 contribuía com mais de 13% do PIB e ocupava 4% da população ativa. No entanto, embora a contribuição considerada baixa ao PIB, as exportações mineras representam mais de 25% do total de exportações do país (MICHARD, 2008).

Uma das características deste setor no país diz respeito à importância do setor cooperativista dentro do setor minero em sua totalidade, pois se estima que o número de cooperativas alcance aproximadamente 60 mil pessoas, representando 90% da ocupação minera nacional (MICHARD, 2008).

Economia Solidária na Bolívia

O movimento de Economia Solidária (e de comércio justo) possui um campo bastante fecundo para se desenvolver em meio às culturas originárias da Bolívia, pois estas, em sua grande parte (como a aimará e a quéchua, por exemplo), sendo a grande maioria pertencente ao meio rural, vivem em pequenas comunidades nas quais se praticam a solidariedade, a reciprocidade e a equidade, preocupando-se em viver em harmonia entre ela e com a natureza. Pode-se dizer que as práticas culturais de povos tradicionais, com raízes indígenas, viabilizam os princípios fundamentais que constituem a Economia Solidária, nas quais podem ser descritas práticas concretas tais como: o comércio comunitário, que se desenvolve em feiras rurais locais e suburbanas, onde pode-se inclusive presenciar o intercâmbio de produtos sem a intervenção da moeda; a auto-ajuda comunitária como a “*mink’a*”, o “*ayni*”, etc. (MALLCU, 2007).

Em relação às práticas *ayni* e *mink’a*, é somente por meio dos princípios da complementaridade e da reciprocidade que se pode compreendê-las. A forma mais conhecida de reciprocidade laboral é o *ayni*, que em sua raiz significa a ajuda mútua recíproca (o *ayni* é trabalhar complementando-se constantemente). No momento da sementeira ou da colheita, os demais membros do *ayllu* ajudam a um comunário; mas também, como retribuição recíproca, este também lhes ajudará aos demais no momento oportuno. *Mink’a* é a forma de trabalho comunitário para um bem comum, tal como uma estrada, canais de irrigação, construção de uma escola ou o manejo de uma tenda comunitária, que se baseia também no princípio de reciprocidade: cada membro da comunidade dá algo de seu esforço, para que o bem comum realizado esteja ao alcance de cada membro (CÂMARA, 2011).

Ayllu, por sua vez, é a estrutura sócio-territorial matriz dos povos andinos. De acordo com Stermann (2006, *apud* CÂMARA 2011):

Nos Andes, a entidade coletiva fundamental (poderíamos mesmo dizer ‘transcendental’) e a base imprescindível da identidade é o *ayllu*, a unidade étnica das comunidades campesinas. O *ayllu* não é uma categoria puramente genealógica (família extensa), nem uma entidade exclusivamente sócio-política. O *ayllu* é célula da vida, o átomo

celebrativo e ritual, mas também a base econômica de subsistência e de trocas internas (p. 16).

Tal estruturação advém da própria dinâmica natural do espaço habitado pelas comunidades originárias, e do estabelecimento, por estas, de uma relação de complementaridade entre os distintos pisos ecológicos – altiplano, vales, *yungas*, planícies e costa – espaços ecológicos interconectados e complementários climatológica e produtivamente, fato que não foi compreendido pela lógica colonialista e republicana, e menos ainda pelo direito positivo privatista e pelo sistema de economia de mercado vigente na Bolívia (Yampara, 2001, *apud* CÂMARA 2011). A relação de complementaridade entre homem e natureza permite aos povos andinos o exercício de construção de toda uma racionalidade que se faz presente na constituição do *ayllu*. A lógica andina se expressa através de uma série de princípios fundamentais que são a base para suas manifestações materiais, dos quais destacam-se os princípios da complementaridade e da reciprocidade (CÂMARA, 2011).

São práticas culturais ainda vivas no interior das diversas culturas da Bolívia, praticadas desenvolvidas por povos originários indígenas desde tempos remotos, tendo como princípio o bem estar social de seus habitantes. De acordo com Câmara (2011), “são práticas que possuem potencial de rompimento com a lógica individualista imposta pela modernidade ocidental” (p. 18).

Conclusões

Os governos, principalmente os mais progressistas, podem e devem fomentar políticas públicas que desenvolvam os setores da Economia Solidária na América do Sul. No caso boliviano, uma necessidade do setor se refere à qualificação profissional. Deste modo, uma das contribuições que podem ser despendidas pelo governo nacional são os planos setoriais de qualificação (em economia solidária e cooperativismo, e também no ramo da atividade desenvolvida), assim como fomentar educação e saúde para as comunidades. Um dos objetivos, em termos de política setorial no campo da Economia Solidária, deve ser o de promover ações para o desenvolvimento de atividades de geração de trabalho e renda nessas comunidades e territórios que possuam potencial para atividades econômicas, estimulando em especial a organização de empreendimentos coletivos solidários.

Acredita-se que o estímulo governamental pode favorecer a iniciativas solidárias dos trabalhadores mineiros bolivianos. Mas sabe-se que somente sua organização autônoma e combativa pode manter empreendimentos geridos pelos próprios trabalhadores. Os povos bolivianos, mais especificamente os trabalhadores mineiros, por anos subjugados pelas grandes mineradoras estrangeiras podem vislumbrar um futuro que objetive superar o trabalho alienado e a exploração. O resgate de aspectos originários das culturas locais pode indicar para a construção de formas mais sustentáveis e solidárias de produção no século XXI.

Bibliografia

CÂMARA, Marcelo Argenta. **Movimentos Sócio-Territoriais e a construção de territorialidades contrahegemônicas na Bolívia – uma contribuição desde a Geografia para o estudo dos movimentos sociais**. Disponível em: <http://alter-latina.com/blog/wp-content/uploads/2011/03/Territorialidades-contra-hegemonicas-na-Bol%C3%ADvia.pdf>. Acesso em: 20/01/2011.

MICHARD, Jocelyn. **Cooperativas mineras em Bolivia – Formas de organización, producción y comercialización.** Cochabamba (Bolívia): Centro de Documentación y Información Bolivia – CEDIB, 2008.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____; SOUZA, André Ricardo (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil – A autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2003.

MALLCU, Alicia Canaviri. **INFORME PRELIMINAR – SOBRE EL AVANCE DEL MOVIMIENTO Y LA PLATAFORMA MULTISECTORIAL DE PROMOCION Y DESARROLLO DE LA ECONOMIA SOLIDARIA Y EL COMERCIO JUSTO EM BOLIVIA.** La Paz (Bolívia), 2007.
http://www.facesdobrasil.org.br/midiateca/doc_details/265-economia-solidaria-comercio-justo-en-bolivia-.html. Acesso em 25/01/2011.

NOVAES, Henrique (Org). **:O Retorno do Caracol à Sua Concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

RENSHAW, Richard. **Minas que devoram montanhas.** Agenda Latino-Americana, São Paulo; Editora Ave-Maria, 2010.

Sítios consultados:

<http://noticias.bol.uol.com.br/internacional/2011/03/02/onze-mineiros-morrem-no-chile-apos-resgate-dos-33-de-atacama.jhtm>. Acesso em 15/04/2011.

<http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/798193-mineradores-artesanais-no-chile-arriscam-a-vida-por-dinheiro-assista.shtml>. Acesso em 05/02/2010.